

## **POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ADOTADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

PUBLIC POLICIES FOR EDUCATION ADOPTED IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO DURING THE PANDEMIC

**Tamirys de Souza Maria**

Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos, 8º período.  
E-mail: [tamirys.de.souza.m@gmail.com](mailto:tamirys.de.souza.m@gmail.com);

**Carla Maria de Almeida Moraes Bastos**

Professora orientadora da Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC. E-mail: [calmeidamoraesbastos@gmail.com](mailto:calmeidamoraesbastos@gmail.com).

### **RESUMO**

A pandemia do novo Coronavírus trouxe mudanças significativas para a vida de todos os brasileiros, que tiveram que se adequar a todas as medidas de proteção estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Com a imposição do isolamento social, a educação teve que paralisar suas aulas presenciais, buscando interagir com os alunos de forma remota com o ensino sendo praticado totalmente a distância. Todos os estados ficaram responsáveis pelo ensino que seria dado em suas escolas, no Rio de Janeiro não foi diferente. O estado Norte Fluminense buscou promover medidas que visassem a melhoria da qualidade do ensino on-line dado para seus alunos, principalmente os da rede pública, que são os mais vulneráveis. Políticas públicas como a distribuição de cestas básicas ou vouchers foram criadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro para tentar minimizar o impacto que a paralização das aulas presenciais trouxe para a vida desses discentes. O presente estudo apresenta uma pesquisa bibliográfica através de uma busca minuciosa na base de dados do Google, e tem como objetivo descrever a importância da elaboração de políticas públicas durante a pandemia, na área da educação, para a promoção de escolas bem desenvolvidas e com uma excelente qualidade de ensino. Desse modo, o presente artigo busca abordar como tema as políticas públicas para a educação adotadas no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia, exemplificando como estas políticas estão sendo elaboradas e praticadas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Educação; Pandemia.

## ABSTRACT

The new Coronavirus pandemic brought significant changes to the lives of all Brazilians, who had to adapt to all the protection measures established by the Ministry of Health. With the imposition of social isolation, education had to paralyze its in-person classes, seeking to interact with students remotely with teaching being practiced entirely at a distance. All states were responsible for the teaching that would be given in their schools, in Rio de Janeiro it was no different. The Norte Fluminense state sought to promote measures aimed at improving the quality of online education given to its students, especially those from the public network, who are the most vulnerable. Public policies such as the distribution of food baskets or vouchers were created by the government of the state of Rio de Janeiro to try to minimize the impact that the interruption of classroom classes brought to the lives of these students. This study presents a bibliographic search through a thorough search in the Google database, and aims to describe the importance of public policy development during the pandemic, in the area of education, for the promotion of well-developed schools with a excellent teaching quality. Thus, this article seeks to address the theme of public policies for education adopted in the state of Rio de Janeiro during the pandemic, exemplifying how these policies are being developed and practiced.

**Keywords:** Public policies; Education; Pandemic.

## 1 INTRODUÇÃO

Administrar de forma correta a educação de um município, estado ou país é de extrema importância, pois, ter uma educação de qualidade é direito de todos. Falar sobre a educação é falar desde a qualidade da “merenda” disponibilizada até o ensino dado pelos professores ali presentes.

Diante do cenário caótico que o mundo está passando, a educação foi um dos setores mais afetados. Com a pandemia todas as estruturas de ensino, público e privado, passaram a funcionar através de aplicativos que fornecem aulas on-line em tempo real. Entretanto, isso não funciona tão bem na prática, devido a falta de conexão de alguns alunos da rede pública, que infelizmente não possuem recursos suficientes para terem acesso a esse método de ensino.

Desde o início da pandemia muitas medidas foram tomadas para fortalecer a área educacional, já que a mesma passaria e vem passando por momentos difíceis. Cada estado estabeleceu suas medidas de proteção de acordo com o que era proposto pelo Ministério da Educação, para que os alunos não perdessem um, ou melhor dizendo, dois anos letivos. Assim, as aulas remotas foram promovidas no lugar das presenciais para evitar aglomerações nas salas de aula, preservando a saúde de todos.

O ministério público do estado do Rio de Janeiro buscou promover a seguridade educacional e física de toda a população, evitando colocar discentes, docentes e funcionários em risco de contaminação severa, pois o vírus e suas variantes se disseminam de forma rápida e gradativa. Com alunos em casa, praticando aulas on-line a fim de manter os estudos em dia, políticas públicas tiveram que ser criadas para garantir a qualidade do ensino, que passou a funcionar totalmente a distância.

Promover ações de caráter público para a área da educação é obrigação de todos os estados brasileiros. No decorrer da pandemia do Coronavírus, algumas medidas, como distribuição de cestas básicas e vouchers, foram tomadas pelas escolas para garantir que pelo menos uma alimentação básica os alunos pudessem ter acesso enquanto permaneciam em casa, até que a retomada das aulas presenciais fosse possível.

A hipótese que vem a ser levantada com essa pesquisa é que a partir da introdução de políticas públicas no âmbito escolar durante a pandemia é possível desenvolver escolas públicas com um alto padrão de qualidade de ensino remoto e presencial, trazendo benefícios e reconhecimento para a educação pública. Com isso, no presente artigo busca-se saber: Como estão sendo elaboradas as políticas públicas para a educação no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia?

Assim, o presente artigo tem como objetivos: ressaltar a importância da eficiência na gestão da educação pública; relatar como a elaboração de políticas públicas pode promover uma boa educação; e discorrer sobre a aplicação das políticas públicas na área da educação durante a pandemia.

O intuito da administração focada na educação é garantir que todos os direitos e benefícios públicos destinados a ela sejam exercidos de maneira coerente e objetiva, de forma que todas as escolas possam fornecer a seus alunos, além de um ensino de qualidade, instalações em perfeito estado, alimentação e segurança adequada. Desta forma, justifica-se a relevância do tema em demonstrar a importância da criação de políticas públicas voltadas para a educação, visando à melhora da qualidade e da abrangência da escola pública.

## **2 METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho, foi utilizada uma pesquisa básica, de caráter predominante qualitativo e explicativo, com a função de proporcionar conhecimento sobre o tema abordado, mas sem nenhuma aplicação prática, sendo assim, esse trabalho foi desenvolvido através da revisão de literatura.

Demonstrando a suma importância do tema desenvolvido e para que pudessem ser apresentados os resultados obtidos, foram necessárias à revisão e a leitura de sites e artigos científicos selecionados, devidamente confiáveis encontrados através de uma busca minuciosa na base de dados do Google, onde os mesmos relatam uma explicação mais direta e abrangente da criação de políticas públicas ligadas a educação na melhoria das escolas e estudos disponibilizados aos aluno.

### **3 DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1 A IMPORTÂNCIA DA EFICIÊNCIA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

A administração é uma área fundamental para a humanidade, ela auxilia na elaboração e execução das deliberações sobre os fundos acessíveis. É a coordenação de uma entidade, levando em consideração as pautas disponibilizadas por outros idôneos e, também, pensando antecipadamente nos resultados de suas ações. Ademais, é a ciência social que examina e delibera as técnicas usadas para administrar (FEA/USP, 2008 *apud* BARRETO, 2017).

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção e controle. O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas, na busca de realizar objetivos da organização, bem como de seus membros (ROSSÉS, 2014, p. 19).

Segundo Stadler (2011), administrar engloba bem mais do que apenas buscar atingir metas comuns para uma empresa. O que acontece com as escolas não é diferente, elas buscam se desenvolver cada vez mais, para se adaptarem as necessidades de seus alunos, procurando alcançar metas sempre superiores as demais.

As escolas são células administrativas que integram a diferenciadas estruturas, que podem variar de acordo com a veiculação governamental a qual estão destinadas, dando uma atenção criteriosa à gestão de seus recursos financeiros. É de suma importância que o seu próprio representante realize a administração financeira de forma consciente e com o máximo de comprometimento com a realidade vivida no ambiente escolar, e reconheça a logística financeira como uma de suas alçadas. Para que isso saia conforme o desejado, etapas da gestão financeira como: Planejamento, execução e prestação de contas, devem ser ininterruptamente seguidas (ALMEIDA, 2009).

De acordo com Teixeira (2012), o plano de ação que envolve a educação e, conseqüentemente, as escolas, deve ser executado de forma pensada, bem elaborada e gerenciada com êxito, tendo em vista que praticar qualquer tipo de ação que seja sujeita a custeio público para alcançar as metas propostas, requer minudência diante dos objetivos que são atingidos com o artifício central e local. Possuir responsabilidade, comprometimento, seriedade e ser participativo é essencial e indispensável para obter sucesso nas atividades financeiras educacionais.

Todas as escolas têm seu sistema administrativo, seja ele público ou privado. As escolas públicas integram um sistema administrativo público da educação, dessa forma, elas devem seguir todas as diretrizes legais, funcionais, operacionais e de nível estrutural que são destinados a ela (TEIXEIRA, 2012).

Silva (2018) afirma que a administração consiste na diligência da sociedade. No âmbito da educação não é divergente, ela procura ir de modo a atender as necessidades impostas pelos momentos distintos pelos quais a didática educacional está passando, e isso engloba também os novos surgimentos tecnológicos e as reivindicações sociais, entre inúmeros aspectos. Nas entidades de educação à distância não é diferente.

A eficácia da administração das instituições de ensino é indispensável para o seu funcionamento e tem uma influência imediata na qualidade da educação ofertada aos estudantes. Ao gerenciar corretamente os bens escolares, o administrador assevera a estabilidade das contas e pode prover novos aparatos de inovação que auxiliam na atração e permanência de matrículas. Diante disso, uma administração escolar eficaz passa pelas fases de escolha de preferências e planejamento das despesas para assegurar que os gastos sejam conciliáveis com as receitas. A utilização dos recursos disponíveis, por conseguinte, deve ser planejada e estruturada com responsabilidade e transparência, em conformidade com a veracidade de cada instituição (4 ETAPAS, 2021).

Garantir que toda a estrutura da instituição de ensino funcione em completa harmonia é a meta primordial da gestão escolar. Desta forma, é através dela que as metas das áreas financeira, pedagógica, marketing e outras podem afluir para uma posição coletiva. Assim, uma boa administração dos recursos disponibilizados para as escolas gera uma elevada qualidade do ensino, já que todos os colaboradores da instituição educacional funcionam em conjunto (QUAL, 2020).

Conforme Libâneo (2001 *apud* AIME, 2009), atualmente o ponto relevante na gestão escolar é comunicação, transparência nas informações, desconcentração das decisões, o enaltecimento do homem em todas as suas esferas, motivações, a atuação de todos nas

deliberações e nas relutâncias encontradas. Portanto, administrar uma escola vai muito além de só direcionar os investimentos que chegam até ela, é também, saber para onde eles estão indo, sempre repassando e recolhendo informações dos setores componentes da instituição.

O exemplar comando de uma organização decorre da cooperação e junção entre as administrações escolar e pedagógica. Com a regulação de princípios e realizações, a instituição de ensino vai ofertar uma educação de excelência sem se despregar do amparo da administração eficaz dos recursos. Controlando os bens financeiros de forma correta, por exemplo, é provável aplicar na correta qualificação dos docentes e aplicar em modernos aparatos tecnológicos para as lições escolares (FURQUIM, 2019).

Desta maneira, continua Furquim (2019), o espaço pedagógico observa o professor mais animado, o que atinge pontualmente a qualidade da educação. Exemplos docentes e ensino de qualidade possibilitam discentes mais qualificados e contentes com a instituição de ensino.

### **3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DE UMA BOA EDUCAÇÃO**

As políticas públicas mostram quais funções os estados exercem ou deixam de exercer. No Brasil, o mundo das políticas públicas se disseminou no final dos anos 1990 partindo de discussões acerca do desempenho das instituições estatais, principalmente na repercussão dos vínculos governamentais, do federalismo, das idoneidades estatais e dos procedimentos na criação e execução de políticas públicas. Estão inclusas no mundo das políticas públicas, por conseguinte, o ofício de assimilar a diversas incumbências dos Estados e os atributos de operações na comunidade, faça-se na administração, faça-se no fornecimento de obrigações públicas (MADEIRA *et al.*, 2020).

Pressupõe-se que a educação desempenha uma grandiosa influência nas mudanças da comunidade. Diante disso, a educação apoia a propensão de análise individual e mostra o índice de progresso de um povo. Quanto maior for o índice de progresso dela, maior será a facilidade de compreender qual é a função do ensino escolar (DIAS; PINTO, 2019).

O ensino e as políticas públicas tornaram-se fragmentos necessários para a redução das discrepâncias sociais, econômicas e regionais, imprescindíveis para um verídico estado corretamente igualitário e grupal. Desta forma, as políticas positivistas possuem magnitude, visando a idealização de semelhança de possibilidades e de sua privativa noção de mérito,

recusa razoável para diminuição das diferenças sociais. O ensino, novamente, aparece como instrumento de mudança grupal, assim, a educação evolui com a veracidade coletiva (BORDIEU, 1987 *apud* DIAS; PINTO, 2019).

A ressignificação das políticas na vida das escolas e em outras instituições educacionais passa a ser percebida como aquela em que os potenciais de todos são incentivados, focalizando os atores educacionais como protagonistas de um movimento que desafie preconceitos, assédios e quaisquer formas de violência, racismos, sexismos, *bullying* e outros abusos, de modo a que se contribua para a formação de identidades comprometidas com direitos humanos, com a pluralidade e com valores democráticos de cidadania (IVENICKI, 2019, p. 2).

Ivenicki (2019) continua afirmando que políticas educacionais que se direcionam para pontos de vista mais abertos, proporcionam, também, veracidade nas transformações pessoais e criação de conexões locais, assim, demonstram habilidades na superação das desigualdades e no avanço das condições educacionais. Por isso, a competência e a elaboração contínua das figuras de ensino têm sido focadas como um provável intuito para o meio intraescolar ser incentivado a traduzir as políticas mais abertas em cláusulas objetivas, singularmente no que repercute às elaborações no âmbito da coletividade e integração educacional. “Neste sentido, políticas públicas educacionais tais como o PNAIC buscam mitigar dificuldades na alfabetização de todos os alunos dos anos iniciais, no horizonte, portanto, da democratização do ensino e da inclusão educacional” (IVENICKI, 2019, p. 6).

Para construir um amanhã preferentemente vigoroso, desenvolvido e protegido, é necessário desenvolver políticas públicas que assegurem um custeio apropriado para o ensino escolar, utilizar brilhantemente as modernizações acessíveis, privilegiar os mais necessitados e assegurar discentes e docentes. É primordial que o governo estadual se faça mais manifesto na área educacional (DIAS; PINTO, 2020).

Portanto, ressaltam Dias e Pinto (2020) que a permanência de políticas públicas direcionadas as instituições de ensino, aos indivíduos mais necessitados, no Brasil e fora dele, são fundamentais e faz-se imprescindível prática na profusão institucional, em um grau micro e macro, com o objetivo de que o ensino escolar cumpra com os seus deveres de responsável revolucionário que busca fazer progressos na sociedade.

### **3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE A PANDEMIA**

Com o surgimento do primeiro caso de covid-19 e a imposição das medidas protetivas sociais, que visam o isolamento social e a suspensão de qualquer tipo de aglomeração, escolas e estabelecimentos foram fechados, o que gerou a redução do ensino fornecido pelas instituições.

Assim, de acordo com Alves *et al.* (2020), foram surgindo repercussões negativas à cerca da instabilidade que os estudantes da rede pública passariam, já que os mesmos dependem, predominantemente, das instituições de ensino para terem acesso à educação. Ao contrário das instituições de ensino privado, a maior parte dos discentes da rede pública de ensino não possui os recursos necessários - computadores, celulares, acesso à internet etc, para realizar os estudos em casa. Destaca-se também, uma quantidade numerosa de alunos excepcionalmente pobres que são impactados nutricionalmente, pois, ao mesmo tempo que deixaram de ter acesso as aulas, perderam a possibilidade de se alimentarem.

O entendimento da pandemia, do mesmo modo que seus efeitos nos sistemas sociais, não deve permanecer desunido da conjuntura mais extensa da formação grupal, em uma conexão retórica acerca das modificações, englobando o ambiente e os conceitos culturais, sociais, econômicos e políticos. No campo das políticas educacionais, as contestações em tempos de pandemia do novo Coronavírus copulam de maneira acentuada, tendo em conta a inevitabilidade de oclusão das instituições de ensino e as consequentes apoderações de resolução acerca do que executar neste atual episódio forçoso (GALZERANO, 2021).

Desde março de 2020, as instituições estaduais e municipais vêm correndo atrás para aumentar e organizar inúmeras realizações no ensino remoto, para que não haja nenhuma suspensão integral das atividades de ensino e instrução. Ademais, tem-se planejado para realizar a segurança alimentar dos discentes, mesmo que esse planejamento não atinja a sua grande parcela estudantil. Similarmente, foram executados procedimentos de instrução aos docentes, preparação de diretrizes, declarações guias e aquisição de produtos de salubridade e preservação (TODOS, 2020).

À vista disso, o MEC vem se mantendo dedicado para promover ações, para diminuir a quantidade de supressões surgidas com a paralização das atividades de ensino presencial e os obstáculos basilares do agrupamento estudantil, que já se encontravam anteriormente a pandemia do Coronavírus. Assegurar que todos os discentes desfrutem das instituições em reabertura é um dever manifestado pelo MEC. Para isto, o próprio vem elaborando meios para garantir que a retomada das atividades acadêmicas se encaixe ao novo método de ensino, com atividades escolares remotas e presenciais (BRASIL, 2021).

Desta maneira, destaca-se toda a dedicação do MEC para asseverar a preservação da saúde dos docentes e outros profissionais que trabalham na área educacional, em relação

à retomada das aulas nas instituições, fazendo com que eles se tornem indivíduos prioritários no calendário nacional de vacinação contra a Covid-19 (BRASIL, 2021).

A secretaria estadual do Rio de Janeiro se posicionou favoravelmente por meio da Deliberação CEE/RJ nº 376, de 23 de março de 2020. Tal deliberação autorizou a todas as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio de Janeiro a “promoverem atividades não presenciais, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades estaduais na prevenção e combate ao Coronavírus – COVID-19” (MIRANDA; NARDUCHI; PEREIRA, 2020, p. 10).

Nas políticas impostas, observa-se um encolhimento do conceito de ensino e da instituição de ensino. Predominam indagações oficiais e, em numerosa porção, as explicações para a adesão de aulas remotas foram desenvolvidas pelo encargo da permanência do anuário educacional, os testes de grandes proporções e exordial, como se a instituição se encontrasse refém do ciclo letivo. Na mais aconselhável das contingências, seu papel foi descrito como realização das regulamentações abrangendo um currículo despejado, mostrado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (GALZERANO, 2021).

Dentro do Brasil, a refeição acadêmica integra os deveres dos compromissos da educação, tornando-se um benefício que deve atingir a todos os alunos. Acima de ser um benefício, uma afável refeição é fundamental para o desenvolvimento acadêmico. Todavia, com a oclusão das instituições de ensino, as secretarias tiveram a ideia de distribuir vouchers ou cestas básicas afim de assegurar a permanência da seguridade nutricional (TODOS, 2020).

Antunes (2020) complementa que no Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Ensino similarmemente objetivou realizar uma política direcionada aos mais necessitados, entretanto, nada havia ocorrido. Via e-mail, a assistência de comunicabilidade da SME-RJ expressou meramente que pretendia entregar cerca de 50 mil cestas básicas a grupos familiares de discentes da categoria pública estudantil incluídos nos planejamentos do Bolsa Família e Cartão Família Carioca. Contudo, espera a implementação das diligências governamentais fundamentais previstas na lei a fim de gerenciar a verba pública no sentido de introduzir a partilha dessas cestas.

A introdução dos exercícios remotos no agrupamento estadual escolar do Rio de Janeiro aconteceu devido à ausência de discussões com os receptores e trabalhadores, assim como à variadas suposições em mencionar que todo mundo tem a possibilidade de acessar ferramentas de nível mundial de forma igualitária, que todos os educadores da área estadual conseguem utilizar os aparelhos tecnológicos de ensino, e que todos os responsáveis pelo

corpo estudantil possuem a qualificação essencial para ajudar os discentes nas tarefas escolares (AMARAL; MENEZES, 2020). Todavia, essa não é a realidade vivida pelos estudantes e professores da rede estadual e municipal de ensino do estado, já que nem todos os discentes possuem acesso às tecnologias necessárias para conseguirem adquirir aprendizado e realizarem as tarefas propostas, principalmente, nas regiões mais pobres do Rio de Janeiro. Assim, afirma Riscado e Faulhaber (2020), a pandemia do Coronavírus perdura revelando o semblante mais bárbaro das desigualdades e da escassez de políticas públicas em lugares importantes da região do Rio de Janeiro.

Durante a pandemia do covid-19, se fez ainda mais necessário a criação de políticas públicas que se direcionem a área da educação, afim de facilitar a vida de seus alunos neste momento tão complicado, em que as aulas estão de forma remota, um mundo totalmente novo e desafiador para todos.

Cunha, Scriviano e Vieira (2020) relatam que o departamento de ensino da região do Rio de Janeiro, juntamente com grande parcela do país, decidiu implantar e deliberar políticas que se propõem a modificar os espaços escolares em uma área de ação automática e burocrática. A ligação educação-conhecimento foi abrindo espaço para a educação-protocolar, isto é, ausentando-se da situação a relevância dos diversos mecanismos educacionais aplicados pelos docentes para a geração de aprendizado e as probabilidades de conversação e de geração de passionalidade particularizadas e, dessa forma, o posicionamento da escola em conceder aos alunos uma edificação de si mesmo por meio de oportunidades maiores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A administração é uma ferramenta essencial para qualquer empresa, seja ela de pequeno, médio e grande porte, pois, é através da mesma que se pode controlar os gastos e calcular o lucro. A correta execução da administração de uma instituição escolar e o desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a educação podem proporcioná-la a alcançar diversos horizontes, jamais vistos antes. Com a criação e aplicação de políticas públicas direcionadas a educação, a escola pública se fortalece e pode disponibilizar uma educação de qualidade para seus alunos.

Durante a pandemia se fez ainda mais necessário o desenvolvimento de políticas públicas educacionais que de certa forma, amenizassem o impacto gerado na educação pela

paralisação das aulas presenciais, visto que isso, foi uma medida imposta pelo ministério da saúde para proteger seus discentes e docentes desse vírus que levou a vida de milhões de pessoas.

O ministério da saúde (MEC) promoveu ações que visassem a vacinação em massa de toda população, inclusive, tentou incluir os seus docentes no primeiros parâmetros de vacinação, para que de certa forma, pudessem ser retomadas as aulas presenciais com mais segurança e também, colocou em campanha a vacinação de jovens e adolescentes estudantes, garantindo que todos fossem vacinados. Além disso, disponibilizou treinamentos para que seus colaboradores viessem a atender a demanda remota que seus alunos exigiram, visto que, o ensino on-line é totalmente diferente do ensino presencial.

A hipótese levantada por essa pesquisa foi confirmada, pois, de acordo com a metodologia empregada, as políticas públicas desenvolvidas e aplicadas em prol da educação pelo governo do estado do Rio de Janeiro durante a pandemia, puderam amenizar a falta que as aulas presenciais causaram em seus alunos, de certa forma, disponibilizando aulas on-line, materiais via aplicativos educativos e até mesmo a distribuição de cestas básicas/vouchers para ajudar na alimentação dos mesmos, que frequentavam a escola não somente para aprender e também para se alimentar, muitas vezes que “aquilo” poderia ser a sua única refeição.

Dado o exposto, conclui-se que a criação de políticas públicas voltadas para a área da educação do Estado do Rio de Janeiro, foram indispensáveis para garantir que todos os alunos tivessem acesso ao ensino ofertado, pois, diante do momento em que o país se encontra, sem a implementação dessas políticas públicas educacionais, muitos alunos largariam a escola e o ensino estaria abandonado. Todavia, apesar de todas as dificuldades passadas, as escolas puderam dar continuidade a aplicação de seu ensino. Com isso, o presente artigo buscou saber como foram elaboradas as políticas públicas para a educação no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia.

Constatou-se que essas políticas puderam promover durante a pandemia aulas on-line para assegurar que a educação não parasse, atrasando o ano letivo de seus alunos. Entretanto, mesmo com todos os esforços feitos pelos colaboradores e pelo governo, nem todos os alunos tiveram acesso a esse método de ensino. Atualmente, com a volta das aulas, as políticas públicas que foram desenvolvidas puderam instruir a todos nesse período de retomada as escolas.

## REFERÊNCIAS

- AIME, Elizete Terezinha Carpenedo. **A visão do gestor acerca das informações midiáticas do meio escolar**. Universidade Federal de Santa Maria, Constantina, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1057/Aime\\_Elizete\\_Terezinha\\_Carpenedo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1057/Aime_Elizete_Terezinha_Carpenedo.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 10 jun. 2021.
- ALMEIDA, Elena. Como gerenciar os recursos financeiros em escolas públicas: contribuições aos gestores e CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar). *In: Administradores.com*, 2009. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/como-gerenciar-os-recursos-financeiros-em-escolas-publicas-contribuicoes-aos-gestores-e-cdce-conselho-deliberativo-da-comunidade-escolar>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- ALVES *et al.*. Implicações da pandemia da COVID-19 para o financiamento da educação básica. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, Jul-Ago 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/MzG3tpLDZxwyH6mSGn7rqrp/?lang=pt#> Acesso em: 16 jul. 2021.
- AMARAL, Daniela Patti do; MENEZES, Janaina Specht da Silva. Educação Pública no Estado do Rio de Janeiro em tempos de pandemia. **Revista Educação Básica em Foco**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://educacaobasicaemfoco.net.br/NumeroAtual/Artigos/Educacao-Publica-no-Estado-do-Rio-de-Janeiro-Daniela-Janaina.pdf&ved=2ahUKEwiqxp-RqdrzAhXgqpUCHdWIBT4QFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw0IK5CZAZXe2KvkS91VqEko>. Acesso em: 20 out. 2021.
- ANTUNES, André. As redes municipais de educação diante da pandemia. *In: Fiocruz*, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/redes-municipais-de-educacao-diante-da-pandemia>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BARRETO, João Marcelo. **Introdução à administração**. Educapes – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174964/2/eBook\\_Introducao\\_a\\_Administra%C3%A7%C3%A3o-Ciencias\\_Contabeis\\_UFBA.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174964/2/eBook_Introducao_a_Administra%C3%A7%C3%A3o-Ciencias_Contabeis_UFBA.pdf) Acesso em: 27 mai. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ações do MEC em resposta à pandemia do covid-19**. 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/nota-de-esclarecimento/copy\\_of\\_notadeesclarecimento-8](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/nota-de-esclarecimento/copy_of_notadeesclarecimento-8). Acesso em: 21 jul. 2021.
- CUNHA, Thiago Colmenero; SCRIVIANO, Isabel; VIEIRA, Erick da Silva. Educação básica em tempos de pandemia: padronizada, remota, domiciliar e desigual. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/download/51907/35765&ved=2ahUKEwiqxpRqdrzAhXgqpUCHdWIBT4QFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw0OhJvY\\_uwTMdxWuiTgmOn](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/download/51907/35765&ved=2ahUKEwiqxpRqdrzAhXgqpUCHdWIBT4QFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw0OhJvY_uwTMdxWuiTgmOn). Acesso em: 20 out. 2021.
- DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. Educação e Sociedade. **SciELO Brasil**, Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v.27, n.104, Jul-Mar, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/MGwkqfpsmJsgjDcWdqhZfks/?lang=pt> Acesso em: 19 out. 2021.
- DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. **SciELO Brasil**, Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v.28, n.108, Jul- Set, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mjDxhf8YGdk84VfPmRSxzc/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

FURQUIM, Darcy. Tudo o que você precisa saber para uma gestão escolar eficiente. **In:** Escolas disruptivas. Campinas, 2019. Disponível em: <https://escolasdisruptivas.com.br/escolas-do-seculo-xxi/gestao-escolar/> Acesso em: 27 mai. 2021.

GALZERANO, Luciana Sardanha. Políticas educacionais em tempos de pandemia. **Argumentum**, v. 13, n. 1, p. 123-138, jan.-abr., Vitória, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Carla/Downloads/ekeys,+33045-Texto+do+artigo-105085-1-6-20210302.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

IVENICKI, Ana. A Escola e seus Desafios na Contemporaneidade. **SciELO Brasil**, Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 27, 102, Jan-Mar, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3BRWRtHXDYNDTrf9QrXC9Q/?lang=pt> Acesso em: 19 out. 2021.

MADEIRA *et al.* **Artigo: Os estudos de políticas públicas em tempos de pandemia.** UFRGS, Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-os-estudos-de-politicas-publicas-em-tempos-de-pandemia/> Acesso em: 19 out. 2021.

MIRANDA, Maria Geralda de; NARDUCHI, Fábio; PEREIRA, Alexandre de Jesus. Biopolítica e Educação: Os impactos da pandemia de covid-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, v.25, n. 51, p. 219-236, jul./out., Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/554/299> Acesso em: 20 out. 2021.

QUAL a importância da administração escolar na educação? **In:** Educa Mundo, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.educamundo.com.br/blog-amp/administracao-escolar>. Acesso em: 05 jun. 2021.

RISCADO, Priscila; FAULHABER, Clara. Comorbidades sociais e pandemia no Rio de Janeiro. **In:** Estadão, 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/comorbidades-sociais-e-pandemia-no-rio-de-janeiro/?amp>. Acesso em: 20 out. 2021.

ROSSÉS, Gustavo Fontinelli. **Introdução à administração.** Rede e-tec Brasil. Santa Maria, 2014. Disponível em: [http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos\\_cooperativismo/caderno.pdf](http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_cooperativismo/caderno.pdf) Acesso em: 25 mai. 2021.

SILVA, Mariana. Administração educacional: porque é tão importante? **In:** NeritEduca. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://neriteduca.com.br/blog/administracao-educacional-porque-tao-importante>. Acesso em: 25 mai. 2021.

STADLER, Adriano. **Fundamentos da administração.** Rede e-tec Brasil. Curitiba, 2011. Disponível em: [http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/463/2a\\_Disciplina\\_-\\_Fundamentos\\_da\\_Administracao.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/463/2a_Disciplina_-_Fundamentos_da_Administracao.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 17 mai. 2021.

TEIXEIRA, Eliseane Alves. Recursos financeiros que contribuem para a gestão escolar. **In:** WebArtigos. Marcelândia, 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/recursos-financeiros-que-contribuem-para-gestao-escolar/99166> Acesso em: 17 mai. 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO E INSTITUTO UNIBANCO. **Covid-19 Impacto fiscal na educação básica:** O cenário de receitas e despesas nas redes estaduais e municipais em 2020. Terceiro Relatório. São Paulo, 2020. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Estudo\\_impacto\\_covid-19-educacao-vol3\\_out2020.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/10/Estudo_impacto_covid-19-educacao-vol3_out2020.pdf) Acesso em: 21 Jul. 2021.

4 ETAPAS para gerenciar os recursos financeiros no ambiente escolar. **In:** Urânia. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://horario.com.br/blog/4-etapas-para-gerenciar-os-recursos-financeiros-no-ambiente-escolar/> Acesso em: 17 mai. 2021.

## **SOBE OS AUTORES**

**AUTOR 1:** Graduanda do Curso de Administração da Faculdade Metropolitana São Carlos, 8º período. E-mail: tamirys.de.souza.m@gmail.com;

**AUTOR 2:** Professora orientadora. Mestra em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Especialista em Educação Fiscal, Gestão Social e Desenvolvimento de Projetos pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Especialista em Docência e Gestão no Ensino a Distância pela Faculdade Metropolitana São Carlos – FAMESC. Graduada em Administração pela Universidade Federal Fluminense – UFF. E-mail: calmeidamoraesbastos@gmail.com.